

A revolta indígena de 1643-44 no Ceará: Alianças e conflitos no Brasil Holandês

Guilherme Saraiva Martins *

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo estudar o massacre da guarnição neerlandesa da capitania do Ceará por índios, ocorrida em 1643/1644. Procura entender esse evento dentro do contexto da política indigenista da Companhia das Índias Ocidentais Holandesa, bem como da política de alianças dos próprios índios. Expõe como a conquista do Ceará por forças neerlandesas foi resultado de uma ativa diplomacia indígena junto ao governo do Brasil Holandês e como a revolta dos mesmos índios, alguns anos depois, foi fruto de uma série de tensões acumuladas a respeito do trabalho excessivo e do péssimo tratamento recebido pelos índios recrutados para a guerra no Maranhão por parte dos oficiais neerlandeses. Conclui apontando a revolta como um indicador de uma falha generalizada da política indigenista neerlandesa para o Brasil.

Palavras-chave: Companhia das Índias Ocidentais Holandesa – Política indigenista – Ceará.

ABSTRACT:

This paper tries to study the massacre of the dutch garrison in the captaincy of Ceará by Indians, which happened in 1643/1644. It tries to fit this event into the context of the Indian policy of the Dutch West Indian Company, as well as the alliance policies of the Indian themselves. It shows how the conquest of Ceará by dutch forces was the result of an active diplomatic effort by Indians on the government of Dutch Brazil and how the revolt of the same Indians, a few years later, was the result of a series of accumulated tensions concerning excessive work and ill-treatment received by the Indians recruited to war in Maranhão by their dutch commanding officers. It concludes showing how the revolt was an early sign of the total breakdown of the dutch Indian policies in Brazil.

Keywords: Dutch West India Company – Indian Policy – Ceará.

Em finais de 1643 e nos primeiros dias de 1644, barcos pertencentes à Companhia das Índias Ocidentais Holandesa (*Westindische Compagnie*, ou WIC) que partiam de São Luís do Maranhão em direção à Recife, começaram a ser atacados no litoral do Ceará, onde comumente os barcos que faziam esse trajeto paravam para se reabastecer de comida e água. Além da notícia da derrota das forças da WIC pelos colonos luso-brasileiros no Maranhão, esses barcos traziam outra notícia, igualmente perturbadora: os índios do Ceará haviam massacrado a guarnição neerlandesa daquela capitania e encontravam-se em revolta aberta contra a WIC. A notícia causou certo mal-estar no Conselho Supremo que governava o Brasil Holandês, que imediatamente começou a procurar explicações e bodes expiatórios para aquele fracasso da política indigenista da Companhia.¹

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. guilhermemartins13@gmail.com

¹ As informações aqui apresentadas são um resumo de vários fatos separados, narrados em um conjunto de cartas e documentos da WIC, traduzidos por José Higino Duarte Pereira (PEREIRA, 1895).

A WIC havia fundado sua política indigenista para o Brasil em cima de ideais humanistas que supostamente garantiam a liberdade irrestrita para todos os povos indígenas da nova colônia, independente de religião e costumes (MELLO, 2001:212). Havia uma motivação ética e ideológica por trás dessa ordem, que era a de justificar para o próprio público neerlandês, e para a Europa como um todo, a legitimidade da ocupação do Brasil pela WIC, em oposição à “tirania” ibérica e papista contra os índios. De fato, havia uma grande atividade panfletária nas Províncias Unidas que relacionava a tirania ibérica contra os nativos no Novo Mundo com a opressão da monarquia dos Habsburgo nos Países Baixos, o que faria dos índios e dos neerlandeses “aliados naturais” contra o opressor espanhol (MEUWESE, 2003:31). Preocupações mais prosaicas, tais como a necessidade de obter o apoio militar indígena contra as forças portuguesas, também tiveram destacado papel na política da WIC frente aos índios. Em suma, como bem disse Alfredo de Carvalho, uma das “preocupações constantes da política dos invasores holandeses no Brasil Oriental foi, sem dúvida, a aliança das tribos indígenas do país, aliança que procuraram angariar por todos os meios” (CARVALHO, *apud* MELLO, 2001:207). A revolta dos índios do Ceará colocava em questão os fundamentos da política de alianças indígenas da WIC. Afinal, se a Companhia concedia aos índios liberdade e apoio contra o “opressor” português, por que os mesmos índios iriam se revoltar contra ela? A revolta apontava para problemas mais profundos na relação entre índios e a WIC no Brasil.

O fato de que a revolta aconteceu justamente no Ceará é bastante interessante, se levarmos em conta as circunstâncias em que a WIC conquistou a capitania, em 1637. Logo após a conquista de Olinda e Recife em 1630, a WIC planejava conquistar rapidamente as outras capitanias do Nordeste. No caso do Ceará, enviaram emissários indígenas e um judeu de origem portuguesa, em 1631, com o objetivo de fazer com que a população indígena local se revoltasse contra os portugueses, sem sucesso (MEUWESE, 2003:61). As realidades da guerra contra as forças luso-brasileiras, entretanto, rapidamente apagaram o Ceará das mentes dos dirigentes da WIC no Brasil, preocupados que estavam com as campanhas militares no flanco sul da conquista, ao longo do rio São Francisco e na Baía de Todos os Santos, e com expedições à África para a conquista dos portos escravistas. Era esse o estado de coisas, em que a Companhia encontrava-se profundamente envolvida em campanhas militares ofensivas em locais distantes de seu centro em Pernambuco, quando chegou ao Recife um grupo de indígenas cearenses com uma curiosa proposta para o Conselho Supremo:

Chegaram aqui, há algum tempo, dois índios do Ceará, cujo bando em número de cerca de 40 pessoas ficara no Rio Grande. Declararam ter sido pelos seus enviados para pedir-nos que tentássemos um empreendimento, pois eles queriam entregar-nos o castelo do Ceará, ajudar-nos a expelir os portugueses e fazer-nos senhores daquela região; e, para nos animar, disseram que havia naquelas cercanias belas salinas que poderiam dar muito sal, como encontrariam também muito âmbar e algodão. Estávamos bem dispostos a tentar o cometimento; mas como todos os nossos navios se achavam no mar diante da Bahia e ainda não estava finda nossa expedição à Mina, pelo que então a ocasião não foi oportuna, nem o foi desde então, contentamos os índios (com presentes) e dissemos que voltassem a reunir-se com os seus no Rio Grande, prometendo-lhes que, apenas nos pudéssemos preparar, enviaríamos uma frota ao Ceará; e assim partiram. Entretanto aguardaremos uma ocasião oportuna para de passagem apoderarmos-nos desse lugar e assim repelir os portugueses para mais longe de nossas fronteiras. (PEREIRA, 1895:263-264)

Pode-se perceber, a partir desse relato, que uma verdadeira “embaixada” indígena viera do Ceará a Recife, onde fora recebida pelos membros do Conselho Supremo, e que pretendiam obter uma aliança com os neerlandeses para atacar os portugueses do Forte de São Sebastião, no Ceará. De forma ainda mais interessante, podemos notar que os índios utilizam um linguajar bastante específico para obter o que desejavam da Companhia, imediatamente acenando com as potenciais riquezas da terra em sal, âmbar-gris e algodão. Alguns meses depois, o Conselho Supremo volta a deliberar sobre o assunto:

Em nossa carta anterior avisávamos à VV. SS. que um bando de índios do Ceará aqui viera ter para pedir aliança conosco e nos mover a expedir tropa que tomasse o castelo e vencesse os portugueses, e assim fazermos-nos senhores daquela capitania, prometendo eles o auxílio e a assistência de todos os índios que habitam no Ceará e suas vizinhanças.

Por muito tempo os detivemos com boas palavras, esperando ocasião oportuna, mas como eles continuaram a insistir, e finalmente pediram que resolvêssemos, pois queriam voltar para sua terra, examinamos mais atentamente a importância e a exequibilidade da empresa, e achamos que podia ser efetuada com uma pequena força, cuja ausência não nos enfraqueceria aqui, bem como não nos pareceu conveniente despedir esses índios malgrado no seu intento e portanto descontentes. Assim resolvemos mandar ao Ceará os iates Brack e Camphaen com 125 soldados sob o comando do Major Joris Gartsman. Fizeram-se daqui vela em 11 de Outubro. Queira o Senhor Deus conceder-lhes sua proteção! (PEREIRA, 1895:264)

Novamente os índios parecem tomar a iniciativa, nesse relato. Impacientes com a demora da WIC em atender seu pedido, eles forçam a questão, ameaçando retirar-se. O Conselho Supremo, de maneira muito reveladora, não acha “conveniente” deixar os índios partirem sem atender o seu pedido. Embora a carta acima não revele isso de maneira explícita, está bastante claro que o Conselho Supremo enxergava nesses índios do Ceará novos potenciais aliados para seu empreendimento colonial brasileiro e estavam dispostos a fazer certos sacrifícios para obter a “amizade” daqueles índios. Retomamos aqui as palavras de

Alfredo de Carvalho, que dizia que a Companhia estava disposta a angariar a aliança dos povos indígenas por todos os meios.

Em um excelente texto de introdução à história indígena no Brasil, Manuela Carneiro da Cunha se refere a uma questão muitas vezes esquecida pela historiografia especializada: a de que toda política indigenista pressupõe uma política indígena. A política indigenista das potências européias não age sobre o vácuo, um objeto amorfo, mas sim sobre sujeitos históricos que agem e reagem frente às situações concretas que se formam a partir do contato entre esses dois pólos. Nas palavras da autora:

Ora, não há dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena: Sabe-se que as potências metropolitanas perceberam desde cedo as potencialidades estratégicas das inimizades entre grupos indígenas: no século XVI, os franceses e os portugueses em guerra aliaram-se respectivamente aos Tamoios e Tupiniquins [...]
Essa política metropolitana requer a existência de uma política indígena: os Tamoio e os Tupiniquins tinham seus próprios motivos para se aliares aos franceses e portugueses. (CUNHA, 1992:18)

A “embaixada” dos índios do Ceará até Recife demonstra claramente a pertinência dessa discussão. Não só a existência de uma ativa política indígena frente aos europeus está abundantemente demonstrada, pode-se inclusive argumentar que a situação de prolongada guerra entre a Coroa portuguesa e a Companhia das Índias Ocidentais Holandesa permitiu que determinados setores da população indígena, por algum tempo, virassem ao avesso a tradicional estratégia das potências européias de explorar as divisões entre os povos indígenas. Naquele momento, determinados grupos indígenas puderam explorar as divisões entre os diferentes países europeus para seus próprios fins. Não se deve, entretanto, levar essa argumentação muito longe. A guerra entre luso-brasileiros e a WIC no Brasil está repleta de casos de grupos indígenas firmemente aliados de um lado ou de outro do conflito, índios que como Pedro Poti e Dom Antônio Felipe Camarão, ligaram de maneira inextricável seus destinos ao dos países europeus a quem devotaram sua lealdade. Um deles termina morto em cativeiro, o outro recebe hábito da Ordem de Cristo, tença e é enterrado com honras de estado (MEUWESE, 2003:149-216). O espaço de manobra política dos grupos indígenas era, muitas vezes, precário, frente aos poderosos interesses dos países colonizadores. Esse tipo de ação mais independente, como a que vemos entre os índios do Ceará envolvidos nessa “embaixada”, parece ter sido mais comum nas áreas periféricas, onde a capacidade de ação e coerção das potências colonizadoras era muito menor. Tal era a situação do Ceará na década

de 1630, uma capitania pobre e periférica em termos econômicos e distante da principal frente de combate entre as duas potências.

A colonização portuguesa do Ceará dependia fortemente das relações pessoais entre o capitão-mor Martim Soares Moreno e um Principal potiguara chamado Jacaúna, líder das aldeias Potiguara do rio Ceará. Em 1631, essa relação se rompeu. Martim Soares Moreno levou um contingente de índios do Ceará para lutar contra a WIC em Pernambuco, para nunca mais voltar ao Ceará, e Jacaúna deve ter falecido antes daquela data. Os sucessores de Martim Soares Moreno no cargo de Capitão-mor não tiveram tanto sucesso em manter a aliança com os Potiguara local e, especialmente, com um Principal chamado Diogo Algodão, que é quem parece ter tomado a iniciativa de chamar a WIC ao Ceará e que, possivelmente, era filho de Jacaúna (STUDART FILHO, 1963:170-172). Não há informações claras dos motivos pelos quais Diogo Algodão e os outros Potiguara tomaram a decisão de atacar os soldados portugueses do Forte de São Sebastião e, conseqüentemente, de chamar a WIC ao Ceará para ajudá-los na tarefa. O mais provável é que o azedamento das relações entre os Potiguara e os portugueses no Ceará tenha sido fruto de um período relativamente longo de tentativas de forçar os índios ao trabalho compulsório, uso de suas roças para alimentar os soldados do forte, violência sexual contra as mulheres indígenas e outras desavenças de caráter pessoal entre os índios e os soldados. É possível que os Potiguara também raciocinassem que os neerlandeses seriam melhores parceiros comerciais do que os portugueses, podendo oferecer maior variedade e qualidade das mercadorias de troca que tinham enorme importância nas relações entre indígenas e europeus por todo o Brasil: álcool, pólvora, armas de fogo, espadas e machados, espelhos, miçangas, pentes, tesouras, agulhas, facas, enxadas, roupas, etc (HEMMING, 2004:9-10).

As boas relações entre a WIC e os índios do Ceará, entretanto, não duram muito. Já no momento da conquista, há certa desavença entre os neerlandeses e os Potiguara a respeito do destino dos prisioneiros portugueses. Diogo Algodão e seus guerreiros desejam executar todos os prisioneiros, possivelmente como parte do tradicional ritual antropofágico Tupi-guarani. O Major Gartsman deseja levá-los, vivos, para Pernambuco. Foi necessário que os soldados neerlandeses “empregassem a força para salvá-los” (PEREIRA, 1895:266). Durante cerca de dois anos e meio após essa primeira desavença entre os novos aliados, parece ter havido uma certa paz entre neerlandeses e índios no Ceará, embora um frustrado tenente chamado Hendrick van Ham, apontado como *Commandeur*² do Ceará, mande uma carta para o

² Comandante. No contexto, um cargo análogo ao de capitão-mor na administração portuguesa.

Conselho Supremo, em 19 de Abril de 1638, onde aparecem indícios de problemas nas relações com os índios. Nas palavras do tenente:

Tenho tratado os índios daqui com o melhor que posso, dando-lhes comida, bebida e toda a sorte de presentes, para que eles [...] percorram as praias à procura do âmbar, mas voltam sempre pretestando nada ter achado.[...]
[...] É uma turba de gente moça, selvagem e ímpia; os homens tem duas ou três mulheres, nada fazem senão comer e beber, durante todo o correr do ano ingerem toda a sorte de bebidas, com que costumam embebedar-se, isto é, vinho de caju e também de batata e de milho.[...]
*[...] Não posso obter desses índios o mínimo serviço ou auxílio sem pagar. Dizem que nada absolutamente fizeram para os portugueses e muito menos hão de fazer alguma coisa por nós, **porquanto a terra lhes pertence.**[...]*
(referindo-se a índios “tapuias”) Vêm visitar-me todas as semanas, ficam um ou dois dias a comer e a beber, e retiram-se, declarando que querem estar sob a obediência da Companhia e de V. Ex, e a bel-prazer deixar-se empregar em seu serviço[...]
(PEREIRA, 1895:267-272)

O ponto central das muitas reclamações do tenente van Ham a respeito dos índios se resume à questão do trabalho. Os índios do Ceará nunca haviam sido aldeados ou empregados diretamente nos pesados trabalhos da economia colonial. Não havia engenhos ou qualquer outro grande empreendimento colonial desse porte no Ceará. A população européia em nenhum momento, até ali, havia ultrapassado a marca de 60 ou 70, se tiver chegado a isso, todos meros soldados do forte, não colonos estabelecidos. Seu modo de vida era ainda, em plena década de 1630, muito próximo do que tinha sido em tempos pré-cabralinos. Não dispondo dos meios de compelir os índios ao trabalho, o tenente van Ham pouco pode fazer além de dar vazão à sua frustração com aquela “gente moça, selvagem e ímpia” que o rodeava. Esse estado de coisas, entretanto, rapidamente mudaria com a chegada do novo *Commandeur* do Ceará, em finais de 1640, um homem chamado Gedeon Morris de Jonge.

Gedeon Morris havia vivido por quase uma década no Brasil, prisioneiros dos portugueses no Maranhão, era fluente na língua tupi e um homem experimentado no trato com os índios. Mesmo através de suas cartas, dá a viva impressão de ter sido um homem carismático, enérgico e eloquente. Algumas destas cartas são citadas por praticamente todos os estudiosos do Brasil Holandês. Sua chegada ao Ceará é acompanhada por um frenesi de atividades. De algum modo, com uma mistura de pagamento, coerção e convencimento, ele leva os índios do Ceará a explorarem salinas na margem direita do rio Jaguaribe, a reformar o Forte de São Sebastião, construir um segundo fortim em Camocim, ampliar a cultura de mandioca e a criação de gado que provia o sustento alimentício da guarnição, cortar madeira de tinturaria e até mesmo, segundo as suas palavras, a plantar cana-de-açúcar. Além disso, ele leva contingentes militares de índios do Ceará para combater no Maranhão em duas ocasiões.

Essas desastrosas expedições militares ao Maranhão resultam em muitos índios mortos, seja nos combates ou, mais freqüentemente, de fome e das doenças que grassavam no acampamento da WIC. O acampamento da WIC do Maranhão é também um antro de maus-tratos e desmandos contra os seus próprios aliados indígenas, situação repetidamente informada pelo próprio Gedeon Morris de Jonge para o Conselho Supremo no Recife, sem maiores conseqüências. Um oficial inglês a serviço da Companhia, Johan Maxwell, chega a levar cerca de vinte índios do Ceará, aliados da Companhia, num barco para o Caribe e os vende como escravos lá. Para piorar, uma praga de “bexigas” atinge o Brasil em 1640-1641 e causa alta mortalidade entre os índios do Ceará.³

O resultado desses três anos de furiosa atividade e mortandade é a revolta indígena que põe fim à vida do *Commandeur* Gedeon Morris de Jonge e dos soldados sob o seu comando. Não se sabe como os índios atacaram a guarnição, ou mesmo quais índios tenham sido os responsáveis diretos pelo ataque. Há certa confusão se o fortim do Camocim teria sido atacado primeiro do que o forte no rio Ceará. Não sobraram testemunhas do lado europeu para registrar o evento, todos foram mortos. O que se sabe é que índios em Camocim e no rio Ceará, muito provavelmente os mesmos que haviam estado aliados com os neerlandeses até aquele momento e que os haviam chamado ao Ceará em 1637, destruíram a guarnição dos fortes e atacaram pelo menos dois navios que atracaram na costa cearense, matando diversos marinheiros. Ficava abundantemente claro que a WIC enfrentava sua primeira grande revolta indígena no Brasil.

A reação do Conselho Supremo foi um misto de medidas paliativas para evitar novas revoltas e tentar pacificar os revoltados, tentativa de transformar os soldados mortos em verdadeiros bodes expiatórios e em culpar a revolta no caráter indígena, traiçoeiro e indolente. Sente-se aqui, talvez, a influência do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, que estava prestes a embarcar de volta para a Europa. Com fama de ser protetor das minoras do Brasil Holandês, como os judeus e os índios, pode-se especular que ele tente desviar a atenção das falhas do Supremo Conselho, direcionando a culpa aos oficiais locais, nomeadamente Gedeon Morris de Jonge, e aos próprios índios. Um trecho, em particular, parece demonstrar uma admissão de sérios problemas na política indigenista da WIC, frente à realidade da cultura indígena:

³ Novamente, essas informações são um resumo de vários fatos separados, narrados em um conjunto de cartas e documentos da WIC, traduzidos por José Higinio Duarte Pereira (PEREIRA, 1895).

A propósito desse caso dos índios do Ceará, não podemos deixar de advertir a VV. SS. acerca dos índios dessa Capitania (que são da mesma natureza e condição), que pouca confiança se pode depositar em suas disposições para com este Estado, porque de ordinário eles não tem outro fito e intuito do que viver em liberdade, não servilmente, isto é, podendo levar uma vida ociosa e indolente, consumindo o resto de suas roças ou trabalho em aguardente, sem por isso serem castigados. Quem nisto mais gosto lhes dá, pode fazê-los partidários seus. (PEREIRA, 1895:319)

Os altos ideais com que a WIC havia esboçado sua política indigenista para o Brasil tinham sido escritos antes mesmo que armada que conquistou Olinda e Recife, em 1630, tivesse zarpado do Zuider Zee. Esses ideais eram derivados de uma leitura da cultura dos índios do Brasil mediada através da extensa e contenciosa literatura sobre a liberdade natural dos indígenas americanos, sobre o “bom selvagem”, e demais questões filosóficas que, desde o século XVI, envolviam mentes do porte de Montaigne e Bartolomé de Las Casas. Essas discussões filosóficas tinham, entretanto, pouca conexão com a cultura dos povos indígenas em questão. Achava-se, por exemplo, que os índios como um todo iriam ser “aliados naturais” dos neerlandeses no Brasil e que iriam se revoltar em massa contra a opressão portuguesa. Se tinha também a idéia de que era possível levar a civilização européia (e o trabalho) aos índios, de maneira pacífica, desde que se garantisse a liberdade deles. Os índios iriam adquirir hábitos e modos de pensar “civilizados”, se pensava, desde que eles pudessem ser ensinados (MEUWESE, 2003:31-35). O trecho acima demonstra a desilusão dos membros do Conselho Supremo com a falha dessa política, calcada em uma visão pouco realista dos povos indígenas e de sua cultura, e mostra que havia uma crescente tensão entre as autoridades da WIC no Brasil e seus aliados indígenas. A antiga “liberdade” que tinha sido prometida e garantida aos índios era, agora, vista como fonte de problemas. Era fácil defender a liberdade indígena em panfletos quando se esperava que os índios, por sua própria vontade, seriam fiéis súditos das Províncias Unidas, sendo muito mais difícil defender essa liberdade quando ela batia de frente com os interesses da metrópole. A revolta dos índios do Ceará, em 1644, pode ser encarada como o primeiro sinal claro desses problemas que vinham em gestação.

Esses problemas, entretanto, nunca chegaram a se manifestar completamente. Cerca de um ano após o massacre da guarnição da WIC no Ceará, começava o levante dos moradores de Pernambuco contra a Companhia. Cercada, a WIC apelou novamente para seus aliados indígenas, ignorando qualquer coisa que pudesse comprometer essa aliança. Esses índios, por seu lado, tinham razões para temer uma vitória portuguesa e o eventual massacre dos “traidores” indígenas que auxiliaram a WIC que inevitavelmente se seguiria a uma vitória portuguesa, como bem demonstrou Meuwese (2003:183-203). Unidos por um inimigo em comum, indígenas e neerlandeses lutaram juntos contra a insurreição luso-brasileira.

Perderam e, como era esperado, os índios que haviam se posicionado junto à WIC nesse conflito entre potências colonizadoras pagaram um alto preço.

BIBLIOGRAFIA:

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma história indígena*. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HEMMING, John. **Red Gold: The conquest of the brazilian índias**. Londres: Pan Macmillan, 2004.

ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: Its Rise, Greatness, and Fall - 1477-1806** (Oxford History of Early Modern Europe). New York: Oxford University Press, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: TopBooks Universidade Editora, 2001. p. 207.

MEUWESE, Marcus P. **“For the Peace and Well-being of the Country”: Intercultural Mediators and Dutch-Indian Relations in New Neatherland and Dutch Brazil, 1600-1664**. Tese de Doutorado defendida na University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana, Setembro de 2003. Disponível em: < <http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf>>. Acessado em: 24 jan. 2007

PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatórios e Cartas de Gedeon Morris de Jonge no Tempo do Domínio Holandez no Brasil* In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895

STUDART FILHO, Carlos. Os aborígenes do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo LXXVI, p. 5-73, 1962 e Tomo LXXVII, p. 153-217, 1963.